
UMA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE O PROTAGONISMO SOCIOCULTURAL DAS SOCIEDADES INDÍGENAS DE MINAS GERAIS (E LESTE DO BRASIL) NAS ÓTICAS ETNOPOLÍTICA E ETNO-HISTÓRICA

A PROBLEMATIZATION ON INDIGENOUS SOCIETIES' SOCIOCULTURAL PROTAGONISM IN MINAS GERAIS STATE (AND EASTERN BRAZIL) FROM THE ETHNOPOLITICAL AND ETHNO-HISTORICAL VIEWS

UNE PROBLÉMATISATION DU PROTAGONISME SOCIOCULTUREL DES SOCIÉTÉS AUTOCHTONES DE MINAS GERAIS (ET À L' EST DU BRÉSIL) DU POINT DE VUE ETHNOPOLITIQUE ET ETHNO-HISTORIQUE

José Antônio Souza de Deus¹

RESUMO: Este trabalho coloca em pauta o exercício de protagonismo pelas sociedades indígenas do leste do Brasil, rastreando-o no passado, por meio da análise de registros toponímicos, e no presente, mediante a problematização sobre a dinâmica de tais coletividades, tal como ela é apresentada na literatura científica (fazendo uma análise comparativa de estudos de caso recentemente desenvolvidos) e tal como é observada na realidade. A pesquisa privilegiou categorias conceituais e paradigmas de interpretação explicitamente geográficos e os procedimentos metodológicos nela adotados compreenderam: pesquisa bibliográfico-cartográfico-documental; inventário toponímico; sistematização e contextualização dos dados obtidos; análise e interpretação críticas dos conceitos e temas investigados. Conclui-se que a Geografia Cultural revela-se como uma linha interpretativa pertinente e adequada para a decodificação de tais processos, abrindo novas perspectivas para a sua elucidação numa perspectiva perceptiva e crítica.

Palavras-chave: Geografia Cultural. Etnopolítica. Índios do Leste do Brasil. Índios de Minas Gerais. Protagonismo Indígena.

ABSTRACT: Eastern Brazil and Minas Gerais state indigenous societies' protagonism is at issue in this paper, tracking it: in the past, through the analysis of toponymic records; and in the present, through the questioning such collectivities' dynamics, as it is presented in

¹ Professor Associado IV do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – IGC/UFMG; Doutor em Ciências (Geografia) pelo Instituto de Geociências do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – IGEO/CCMN – UFRJ. E-mail: jantoniosdeus@uol.com.br.

Artigo recebido em julho de 2020 e aceito para publicação em outubro de 2020.

the scientific literature (carrying out a comparative analysis of several recently developed case studies) and as it's observed in reality. The research favored explicitly geographical conceptual categories and interpretation paradigms; and the methodological tools adopted included: bibliographic, cartographic and documentary research; toponymic inventory; systematization and contextualization of the data obtained; critical analysis and interpretation of the concepts and themes investigated. It is concluded that Cultural Geography is revealed as a very pertinent and adequate interpretive line for the decoding of such processes, opening new perspectives for their elucidation in a perceptive and critical perspective.

Keywords: Cultural Geography. Ethnopolitics. Eastern Brazil Indians. Minas Gerais State Indians. Indigenous Protagonism.

RESUMÉ: Cette recherche met en évidence l'exercice du protagonisme par les sociétés autochtones dans l'est du Brésil, en le suivant: dans le passé, à travers l'analyse des enregistrements toponymiques; et à l'heure actuelle, par la remise en cause de la dynamique de telles collectivités, telle qu'elle est présentée dans la littérature scientifique (faisant une analyse comparative des études de cas récemment développées) et telle qu'elle est observée dans la réalité. La recherche s'est concentrée sur les catégories conceptuelles et les paradigmes d'interprétation explicitement géographiques; et les procédures méthodologiques adoptées là-bas comprenaient: la recherche bibliographique/ cartographique/ documentaire; inventaire toponymique; systématisation et contextualisation des données obtenues; analyse critique et interprétation des concepts et thèmes étudiés. Il est conclu que la Géographie Culturelle se révèle comme une ligne d'interprétation pertinente et adéquate pour le décodage de tels processus, ouvrant de nouvelles perspectives pour son élucidation dans une perspective perceptive et critique.

Clés-Mots: Géographie Culturelle. Ethnopolitique. Indiens de l'Est du Brésil. Indiens de Minas Gerais – Brésil. Protagonisme Indigène.

INTRODUÇÃO

Este trabalho coloca em pauta o protagonismo exercido pelas sociedades indígenas domiciliadas no território mineiro (e no leste do Brasil). É adotada, na pesquisa, a sistemática de divisão do território brasileiro, em termos da distribuição geográfica das comunidades indígenas nele sediadas, utilizada pelo Instituto Socioambiental – ISA (RICARDO; RICARDO, 2011). E esse exercício de protagonismo- ressalte-se-, foi rastreado no passado, por meio da análise dos registros toponímicos garimpados nas cartas, e no presente, mediante a problematização sobre a dinâmica sociocultural, etnopolítica etc., de tais coletividades, conforme se apresenta na literatura etnológica e em abordagens recentes sobre a realidade socioambiental, socioeconômica e político-territorial dessas comunidades.

Tais discussões tangenciam aspectos relevantes da realidade indígena atual como as questões da etnogênese, da indianidade, da reterritorialização indígena e da “reinvenção” e ressignificação de identidades. Nesse horizonte de discussão, parte-se da premissa de que as sociedades indígenas podem ser caracterizadas como povos que resistiram à assimilação e que, historicamente, lutaram para manter a integridade de sua cultura e antigos modos de vida (WALLS, 1993).

A investigação desenvolvida resgata um acúmulo de experiências realizadas nos últimos anos, imbricadas com a problemática das comunidades tradicionais e trabalhadas na ótica da Geografia Cultural. Tais experiências incluem a coordenação de projetos de pesquisa; a orientação de monografias, dissertações e teses; a publicação de livros e artigos científicos etc., relacionados à dinâmica, em curso, de sociedades indígenas e núcleos quilombolas domiciliados em recortes territoriais tais como os vales dos rios Doce e Jequitinhonha e o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Procurou-se colocar em diálogo/interlocução no artigo tais experiências e aquelas desenvolvidas por outros pesquisadores que tiveram como público-alvo de suas investigações os mesmos atores.

A pesquisa privilegiou categorias conceituais e paradigmas de interpretação nítida e explicitamente geográficos. Os procedimentos metodológicos adotados como formas de operacionalização da investigação compreenderam: pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental; inventário toponímico; sistematização e contextualização dos dados obtidos; análise e (re)interpretação críticas dos conceitos e temas investigados (alinhados à discussão do trinômio: cultura, identidade e território). A pesquisa bibliográfica se apropriou de abordagens de antropólogos (CARVALHO, 2009; GRÜNEWALD, 2015a, 2015b; RIBEIRO, 1996; SILVA, 2013), sociólogos (ÁLVARES, 2011; DIAS NETO, 2019; GOMES, 2011; HALL, 2001; PEDREIRA, 2013), historiadores (REIS; GENOVEZ, 2013; SILVA, 2010; SOARES, 2010; TEO, 2015), geógrafos (BONNEMAISON, 2002; CLAVAL, 2014; COSGROVE, 2012; HAESBAERT, 1997; PALADIM JUNIOR, 2010; PENA; HELLER, DIAS JUNIOR, 2009; SILVA, 2013; TUAN, 2012) etc., apresentando, por vezes, resultados de dissertações de mestrado (DIAS NETO, 2019; SILVA, 2013) e teses de doutorado (GRÜNEWALD, 2015a, 2015b; HAESBAERT, 1997; PALADIM JUNIOR, 2010; PEREIRA, 2013; SILVA, 2020; TEO, 2015) e relatórios de projetos de pesquisa (DEUS, 2011; DEUS *et al.*, 2018a, 2018b).

Optamos, no trabalho, pela apropriação dos postulados de alguns dos autores mais clássicos da Geografia Cultural e Percepção Ambiental (e/ou dos Estudos Culturais, em geral) como: Claval (2014), Cosgrove (2012), Hall (2001) e Tuan (2012). Tais trabalhos contemplam, sobretudo, a vivência espacial, o exercício de novas territorialidades e a consolidação de experiências políticas e socioculturais de sociedades indígenas domiciliadas nos recortes territoriais investigados. No caso dos artigos que trazem resultados de dissertações de mestrado, trata-se de pesquisas vinculadas a projetos patrocinados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – e desenvolvidas entre comunidades tradicionais, sediadas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, incluindo os índios Krenak do Rio Doce, Pataxó de Carmésia e sociedade envolvente.

Algumas das obras consultadas são mais verticalizadas enfocando a realidade específica de determinadas comunidades (inclusive inventariando suas conquistas político-territoriais mais recentes) como: os Maxakali (ÁLVARES, 2011; LIMA; CARIE, 2013; VIEIRA, 2016); Krenak (EHRENREICH, 2014; REIS; GENOVEZ, 2014; SILVA, 2010; SILVA, 2013; SOARES, 2010); Xakriabá (GOMES, 2011; GOMES; MIRANDA, 2016; PALADIM JUNIOR, 2010; PEREIRA, 2013; SANTOS, 2014; SILVA, 2020); Pataxó (BOMFIM, 2017; CARVALHO, 2009; GOMES; MIRANDA, 2016; GRÜNEWALD, 2015a, 2015b; PEDREIRA, 2013); Guarani Mbya/Tupinikim (TEAO, 2015) e Tupinambá de Olivença (ANGATU; TUPINAMBÁ, 2018; VIEGAS, 2011). Os estudos de caso selecionados para análise foram produzidos nos últimos dez anos, sobretudo. No artigo, procura-se empreender uma análise comparativa de tais estudos, recentemente desenvolvidos sobre os diferentes grupos étnicos domiciliados em Minas Gerais (e leste do Brasil).

PROTAGONISMO INDÍGENA NO LESTE BRASILEIRO NOS CENÁRIOS HISTÓRICO E ATUAL

Em função da crescente mobilidade e globalização da economia, postulava-se, até recentemente, uma inevitável uniformização planetária. Atualmente, contudo, a relevância atribuída ao consumo de natureza cultural, às diferenças étnicas e à questão dos valores torna-se cada vez mais perceptível (DEUS, 2005). Claval (2014) assinala que embora muitos julgassem que o desaparecimento da maior parte dos traços que promoviam a infinita variedade do mundo tradicional anunciava a erosão das diferenças culturais, o que se observa hoje são sociedades nas quais os problemas de identidade são mais envolventes do que nunca... Ademais, “dedica-se hoje uma atenção nova à irredutibilidade do fato cultural” (BONNEMAISON, 2002, p. 86) e, conseqüentemente, “a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social” (HALL, 2001, p. 7). Emergindo como contra projetos refratários à marcha da globalização a organização e a manifestação coletivas de grupos étnicos, culturais e religiosos – por vezes minoritários, mas coesionados em torno de suas visões de mundo, imaginário e paradigmas-, vêm exercendo progressiva influência no cenário cultural e social contemporâneos.

Depois de terem sido submetidos, como outros povos indígenas brasileiros, a processos seculares de etnocídio e desterritorialização, nos últimos anos, como aponta Gomes (2011), os índios Xakriabá – que se domicíliam no extremo norte mineiro, no vale do São Francisco (município de São João das Missões), e totalizam atualmente, 9.196 indivíduos (RICARDO; RICARDO, 2011) –, por exemplo, inauguraram um novo capítulo de sua história, “expandindo seu território e a presença em diferentes instituições, assim como ampliando suas redes sociais e parcerias com populações tradicionais do norte de Minas e com outros povos indígenas” (GOMES, 2011, p. 665).

Ressalte-se que “Xacriabás” ou “Xicriabás” (como o etnônimo foi aporuguesado em relatos históricos efetuados sobre a etnia) são índios que sobreviveram ao contato indiscriminado com os bandeirantes e frentes pecuaristas e garimpeiras, ocorrido em período bem remoto da colonização do Brasil, na época da ocupação do alto-médio vale do São Francisco. Fortes influências incidiram sobre sua organização social durante esse contato secular (PENA; HELLER; DIAS JUNIOR, 2009; SILVA, 2020). Foram aldeados pelos jesuítas, sendo atraídos pelos missionários para viverem em novos assentamentos cujo objetivo principal era concentrar contingentes indígenas em locais de fácil acesso, onde pudessem ser catequizados e “civilizados”, aprendendo princípios da religião cristã e certos valores como obediência e disciplina, que os tornavam aptos a serem integrados ao sistema colonial, como força de trabalho. A ação catequista, inaugurada pelos jesuítas, foi depois adotada por missionários de outras ordens religiosas como: capuchinhos, franciscanos e carmelitas.

Em sua tese, com um viés que define como “etnogeográfico”, Paladim Junior (2010, p. 15) remete-se ao “protagonismo que essa etnia exerce em seu território”. Por sua vez, Pereira (2013) pontua que a escola indígena (que, como se sabe, apresenta um caráter diferenciado e intercultural) tem se revelado como um espaço a partir do qual se mostra, aos outros, a indianidade Xakriabá para, a partir daí, se pleitear direitos. Diz respeito a uma dinâmica que se manifesta, também, de forma mais ampla com as crescentes revalorização, recuperação e resgate da identidade étnica dessas comunidades e cuja cultura, “que estava adormecida, como dizem os próprios índios, hoje reaparece, ressurgue, desperta” (DEUS, 2010, p. 72).

Silva (2013) refere-se aos Xakriabá como índios “emergentes”, uma vez que só em 1970 seriam reconhecidos como povo indígena pelo Estado brasileiro. Até então apenas os Maxakali e Krenak eram reconhecidos como povos indígenas em Minas Gerais. Estes últimos, como salientam Reis e Genovez (2013, p. 23), “têm plena consciência dos seus direitos, dos seus valores e dos trunfos que possuem na luta pela manutenção e reconquista do território de seus antepassados”. Em agosto de 2008, o Ministério Público Federal firmou acordo com a Vale, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG – e o Consórcio da Usina Hidrelétrica de Aimorés, pelo qual as empresas se comprometeram a indenizar os Krenak pelo fato de elas terem ignorado os direitos e interesses da comunidade tribal no contrato de construção da usina (RICARDO; RICARDO, 2011; SILVA, 2013).

Os Krenak, termo que foi aportuguesado como “Crenaques” e que são autodenominados Borun, constituem indiscutivelmente um grupo remanescente dos antigos “botocudos”. Trata-se de índios notabilizados pelo seu caráter aguerrido e combativo nos enfrentamentos que tiveram com os colonizadores, sobretudo nos períodos colonial e imperial, nos seus antigos domínios territoriais, situados no leste de Minas Gerais (nos vales dos rios Doce, Jequitinhonha e Mucuri), no Espírito Santo e no sul da Bahia (DEUS, 2011; DEUS *et al.*, 2018b). É o que documentam com muita propriedade autores como Ribeiro (1996), que fez tais registros no âmbito de uma reflexão crítica sobre o contato indiscriminado estabelecido pelas frentes “pioneiras” (de colonizadores) com os últimos “bolsões” indígenas ainda localizados nos “sertões do Leste” até o início do século XX.

Os Botocudos “eram os mesmos guerreiros Aimoré que, nos séculos XVI e XVII, aterrorizavam os portugueses no sul da Bahia” (PREZIA, 2017, p. 148). Eles foram bastante documentados pelos cronistas, a exemplo de Eschwege (2002), Spix e Martius (2005). De acordo com Prezia (2004), os Botocudos totalizariam originalmente de oito a dez mil indivíduos. Já os Krenak, individualmente, somam atualmente 350 indivíduos (RICARDO; RICARDO, 2011).

E os Maxakali, para Álvares (2011), vivem, por sua vez, uma situação mais complexa e contraditória. O Ministério Público Federal constatou, por exemplo, em fevereiro de 2010, que estes índios vivem uma situação precária, em termos sanitários (RICARDO; RICARDO, 2011). Lima e Carie (2013) postulam, contudo, que se trata de um povo que enfrentou a colonização e resiste, até os dias de hoje, com a força de seus hábitos culturais, entre os quais se destaca o intenso xamanismo (ÁLVARES, 2011; VIEIRA, 2016). Atualmente a população Maxakali soma aproximadamente duas mil pessoas. A maior parte delas habita a área indígena homônima (5.305 ha), que abriga diversas aldeias, distribuídas por duas glebas conhecidas como Água Boa, localizada no município de Santa Helena de Minas, e Pradinho, próxima ao município de Bertópolis, MG. Em 2005, graves conflitos internos observados na terra indígena levaram à expulsão e reassentamento de alguns grupos Maxakali (totalizando cerca de 300 pessoas), em duas outras áreas: Aldeia Verde (522 ha), situada no município de Ladainha; e Cachoeirinha (606 ha), no município de Teófilo Otoni, MG (VIEIRA, 2016).

Já no litoral sul da Bahia (“Costa do Descobrimento”), remetendo-se a outro povo indígena Macro-Jê do leste brasileiro, os Pataxó, Carvalho (2009, p. 518) assinala que:

Avanços significativos no âmbito da sua organização social e política foram produzidos, para o que muito concorreram as assembléias indígenas, internas e externas, a formação de novos líderes, com maior domínio do aparelho

burocrático, um processo crescente de escolarização e a criação da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Sob o estímulo da APOINME, surge o Conselho de Caciques do Sul e Extremo-Sul da Bahia, que passa a articular e planejar o movimento regional, em progressiva conexão com o movimento indígena supra-regional.

Os Pataxó “vivem no extremo sul da Bahia, distribuídos em cerca de 30 aldeias nos municípios de Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália e Itamaraju, e também em Minas Gerais, nos municípios de Açucena, Carmésia e Itapeçerica” (GOMES; MIRANDA, 2016, p. 457). Em novembro de 2010 foi apresentada proposta de órgãos governamentais para o estabelecimento de uma gestão compartilhada do Parque Nacional do Monte Pascoal e da Terra Indígena Barra Velha, considerada a “aldeia-mãe” dos índios Pataxó (RICARDO; RICARDO, 2011). O Parque constitui uma unidade de conservação criada em 1961-, e implantada em áreas que os Pataxó(s) consideram - referendados por pesquisadores como Pedreira (2013) -, como sobrepondo se a seu território tradicional.

Pedreira (2013, p. 41), identifica hoje, entre os Pataxó, “atores de um novo tipo de protagonismo, engajados em uma reformulação cada vez mais elaborada da cultura”. Bomfim (2017) pontua, por sua vez, que desde 1998, um grupo de professores e pesquisadores do povo Pataxó “realiza, autonomamente, pesquisas documentais e de campo resgatando registros históricos e memórias dos anciões com o objetivo de retomar sua língua originária, dada por extinta em meados do século passado” (BOMFIM, 2017, p. 303). E Grünewald (2015a; 2015b) assinala que esses índios têm se envolvido, nos últimos anos, com uma modalidade de atividade turística que se referencia num modelo consolidado mediante uma lógica de *etnodesenvolvimento*. Grünewald (2015b, p. 43) inclusive enfatiza e focaliza as dinâmicas sociais indígenas, desenvolvidas nesse contexto, como estratégias que, “de forma legítima, recriam sua cultura de referência para exibição naquilo que chamamos de arenas do etnoturismo”. O autor contextualiza, a seguir, seus apontamentos num horizonte de discussão mais amplo, ao assinalar, com propriedade, que,

entre os Pataxó, com a maturidade de quarenta anos de turismo e com a profissionalização das “reservas”, cada vez mais se tem a consciência de que a encenação da cultura aos turistas é um “trabalho” e que sua identidade étnica se constrói prioritariamente em outras arenas – espaços sociais onde o fio condutor das interações sociais não é o turístico –, tais como o setor da Educação (escolas indígenas) ou da Política (políticas públicas, lutas territoriais etc.) (GRÜNEWALD, 2015b, p. 55).

Para Grünewald (2015a, p. 421), nota-se “que atualmente a etnicidade está se tornando cada vez mais mercantilizada”. Pontua, entretanto, que o turismo pode atuar também “na direção de uma descolonização ao projetar os discursos nativos a turistas globais que os visitam, os escutam e muitas vezes endossam seus anseios de autodeterminação”.

Já os seus parentes Pataxó Hã-hã-hãe, que vivem na região de Itabuna, no sul da Bahia, são, por sua vez, caracterizados por Prezia, Maestri e Galante (2019, p. 128) como um “[...] exemplo de como a perda da terra desestruturou o povo [indígena] e como a recuperação do território tornou-se um marco para a retomada da vida grupal”. Em 2009-2010 os Pataxó Hã-Hã-Hãe ocuparam o território de fazendas que eles reivindicam como terras indígenas (RICARDO; RICARDO, 2011).

Este recente protagonismo político assumido pelas sociedades indígenas do leste do Brasil é também registrado por Angatu e Tupinambá (2018). Como “remanescentes” Tupinambá de Olivença, estes representantes da comunidade indígena conquistaram um novo espaço ao se graduarem em cursos na área de Ciências Humanas e gerarem, a partir daí, uma produção intelectual em que refletem sobre a realidade vivenciada por eles próprios e, por sua comunidade tradicional, constituída de índios assim denominados “ressurgidos” (e a qual vive da agricultura e da pesca).

Foi em 2002 que a Fundação Nacional do Índio – FUNAI –, reconheceu como indígena a comunidade que habita o distrito de Olivença, no município de Ilhéus, no litoral sul da Bahia. Foram os jesuítas que influenciaram os Tupinambá a se fixarem na região de Olivença, no século XVII. A vila original foi fundada em 1680 pelos religiosos, como um assentamento indígena. Esses “remanescentes” indígenas totalizariam hoje 4.729 indivíduos (RICARDO; RICARDO, 2011). Uma delegação dessa tribo, vale citar, marcou presença no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (XIII ENANPEGE), realizado em São Paulo (na USP), de 2 a 7 de setembro de 2019, ocasião em que tivemos a oportunidade de interagir com eles.

Povos indígenas “ressurgidos” são aqueles que se julgava extintos há décadas ou séculos, e que têm emergido ou sido “redescobertos” com a realização de novas pesquisas etnológicas ou com a necessidade e/ou conveniência de certos grupos – até então ocultos, imersos ou indistintos dentro do complexo sociocultural da sociedade regional –, reassumirem sua identidade étnica (num processo de “etnogênese”, como o caracterizam os antropólogos). Muitos povos que optaram longamente por ocultar suas identidades para subsistir ao preconceito (SANTILLI, 2000) hoje buscam, assim, resgatar sua identidade étnica e, aparentemente, rompem assim com uma “lógica da invisibilidade”, eficiente por séculos, e, nesse processo, se reterritorializam.

Ressalte-se que Haesbaert (1997), um dos pesquisadores brasileiros que mais balizaram tal discussão no período mais recente, vai se remeter a uma reapropriação dos espaços, premente nos nossos dias, a qual envolve precisamente aquilo que denominamos processos de reterritorialização. O autor também pontua que a apropriação de territórios, especialmente aqueles propostos pelos grupos que tentam, em nível local, resguardar elementos de sua cultura e exercer influência sobre as decisões políticas, é que levaria a essa dinâmica de reterritorialização (tal como o processo é, hoje, conceituado, nas abordagens científicas situadas na interface das geografias cultural e política) (DEUS, 2010).

No que concerne à questão da indianidade tupinambá, verifica-se que os não índios que vivem nas cidades da região cacaueteira sempre mantiveram uma atitude discriminatória e ambivalente em relação ao reconhecimento da identidade indígena dos Tupinambá de Olivença, que foram e ainda são, muitas vezes, visualizados por eles apenas como caboclos, e não como “indígenas autênticos”. Autores como Viegas (2011) referem-se, contudo, a um novo protagonismo exercido pelos Tupinambá no contexto regional. Viegas (2011, p. 670) inclusive demarca que no período compreendido entre 2005 e 2010 “a vida dos Tupinambá de Olivença esteve muito marcada pela experiência de luta para a demarcação de suas terras”. Uma onda de violência foi deflagrada aí, a partir de 2008, quando teve início o processo de demarcação das terras Tupinambá (RICARDO; RICARDO, 2011). E essa luta tem lastro em enfrentamentos já estabelecidos, na região, como o levante do Caboclo Marcelino (1936), discutido por Prezina (2017) no seu inventário histórico da resistência indígena no Brasil.

O etnônimo tupinambá serve para designar sociedades tribais que falavam a mesma língua (*avanhéen*, o Tupi da Costa), partilhavam fundamentalmente as mesmas visões de mundo, imaginário e paradigmas e se domiciliavam em diferentes regiões do litoral brasileiro como a Bahia, o Rio de Janeiro (onde também eram conhecidos como Tamoios) e Maranhão. Os remanescentes de tais populações não se expressam mais na sua língua nativa tupi. Quando os europeus chegaram ao litoral do Brasil em 1500, a população tupi era estimada em um milhão de indivíduos e a primeira sociedade indígena com a qual os colonizadores entraram em contato foi a dos bravos guerreiros Tupinambá. As aldeias Tupinambá (tabas) consistiam de grandes casas comunais (ocas), construídas em torno de uma praça central (ocara), onde a vida social e religiosa da comunidade estava centrada. As aldeias localizavam-se no topo de colinas e aquelas expostas a ataques inimigos eram fortificadas com cercas denominadas caiçaras (DEUS, 2019b).

CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS TOPONÍMICOS ÀS PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA NO LESTE BRASILEIRO

Presumindo-se a ascendência dos índios de Olivença como efetivamente Tupinambá, há registros nas cartas que atestariam a territorialidade indígena – em seu aspecto imaterial...–, em todo o litoral baiano (e áreas contíguas), no que concerne à presença, nesse local, de grande número de topônimos de origem *tupi* (*tupi-guarani*), correspondendo a cerca de um terço do total destes registros na região. Vários exemplos poderiam ser discriminados como: Paraguaçu (cidade e rio – Rio Grande), Itabuna (Pedras Negras), Mucuri (rio e cidade – Rio das Raposas), Ipiranga (Rio Vermelho), Ibirapitanga (Pau-Brasil), Jacuípe (no Rio dos Jacus), Aratuípe (no Rio dos Caranguejos), Guarajuba (Lobo Amarelo), Acajutiba (Sítio dos Cajueiros), Imbassá (Rio dos Palmitos), Piraúna (Peixe de Cor Escura), Peri-Peri (bairro de Salvador, BA; Junco), Suçuarana (bairro de Salvador, BA; Onça Parda), Pituauçu (bairro de Salvador, BA; O Grande Lagostim) etc.

Em sua tese, desenvolvida entre os índios Tupinikim e Guarani Mbyá do norte do Espírito Santo (também integrantes do Tronco Tupi, família tupi-guarani), Teao (2015, p. 201) pontua nas conclusões do seu trabalho que, “no século XX, esses índios, por meio de lutas políticas do tempo presente em busca da defesa dos seus territórios, afirmaram suas identidades étnicas”. Em novembro de 2010, as terras indígenas Tupiniquim e Comboios (cuja extensão total é de 18.154 ha, onde vivem cerca de 3 mil índios e as quais estão localizadas no município de Aracruz, ES) foram homologadas pelo governo federal, após mais de 20 anos de disputa por estes territórios entre os “remanescentes” de povos indígenas capixabas e uma empresa de celulose (RICARDO; RICARDO, 2011).

Sugestivamente, ainda no litoral capixaba, podemos identificar número considerável de topônimos de origem tupi-guarani que testemunham a ocupação original de um vasto território pelos Tupinikim (os quais também constituem um segmento dos Tupi da Costa). Poderíamos citar vários exemplos: Guarapari (Cercado das Garças), Itapemirim (cidade e rio – Rio das Lajes), Dunas de Itaúnas (Pedras Negras), Cariacica (Chegada do Branco), Jacaraípe (Serra, ES, no Rio do Jacaré), Ibirauçu (Arvoredo), Itaguaçu (Pedra Grande), Itaipava (Estância do Rio das Pedras), Praia de Camburi (Vitória; Praia do Robalo)...

São topônimos que sugestivamente revelam, também, as relações topofilicas estabelecidas por tais comunidades com os lugares que habitavam (e, parcialmente ainda habitam) (DEUS, 2010), assim como definiu classicamente tal conceito Tuan (2012). E foram justamente os

Tupinikim (termo, por vezes, aportuguesado como Tupiniquins) os índios que Cabral encontrou aqui quando chegou à assim denominada na época Terra de Santa Cruz. Em 1557, como registra Prezia (2017), os Tupinikim que viviam na região do Cricaré (atual Rio São Mateus) ameaçaram as tentativas de colonização, então ensaiadas na Capitania do Espírito Santo. A “reconciliação” desses índios com os portugueses só aconteceria muitos anos depois desses conflitos.

Vale ressaltar que os registros toponímicos são importantes testemunhos históricos da vida social de um povo, cujo estudo corresponde a uma alternativa para a obtenção de conhecimento sobre a cosmovisão das comunidades que ocupam (ou ocuparam) determinado território ou lugar (DEUS, 2015; SILVA *et al.*, 2020). O inventário toponímico corresponderia, por sua vez, a um procedimento metodológico que permite resgatar aspectos da memória social de um povo em termos históricos, geográficos e etnológicos. O procedimento clássico de análise toponímica conjuga o levantamento de determinado recorte por meio de cartas geográficas com pesquisa documental.

A toponímia constitui uma herança preciosa das culturas passadas. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço, por manifestar um traço da cultura e uma herança cultural (CLAVAL, 2014). Em termos geográficos, a toponímia poderia ser visualizada como uma construção intelectual que reflete a complexidade do território, bem como as particularidades de sua formação e evolução. Por intermédio do inventário toponímico pode-se perceber o que é, em síntese, um espaço ou território, pois concerne a um instrumento metodológico que permite que sejam definidos os elementos mais marcantes e característicos da paisagem, como assinalaram Garau e Sebástian (2013).

Quanto aos índios Jê e Macro-Jê, sua influência na toponímia é menos evidente, mas pode ser rastreada em registros associados à etnonímia e antroponímia, a exemplo de: Tapuirama (distrito de Uberlândia, MG; Pátria das Tapuias); Aimorés e Serra dos Aimorés, MG; Machacalis, MG; Nanuque, MG (em alusão a um grupo de botocudos já extinto, os Nack-Nenuck) (PREZIA, 2017); Camacã, BA (Kamakan- indígenas cujos “remanescentes” são identificáveis hoje entre os Pataxó Hã-Hã-Hãe); Guerém, BA (em alusão ao grupo indígena homônimo de botocudos – Guerén –, também já extinto ou com “remanescentes” ainda identificáveis entre os Pataxó Hã-Hã-Hãe); Cachoeira do Aranã – Frei Gaspar, MG (Aranã é um grupo botocudo “ressurgido”, cujos remanescentes domicíliam-se nas zonas urbana e rural dos municípios de Araçuaí, Itinga e Coronel Murta – Vale do Jequitinhonha, MG); Joáima (nome de um cacique botocudo) etc. (COSTA, 1997). O Tronco Macro-Jê reúne os índios primitivamente conhecidos pelo termo genérico Tapuias (SILVA, 2010) e inclui os Jê (como os Xakriabá); os Botocudos (como os Krenak e Aranã), os Maxakali, os Kamacan, os Pataxó...

Há topônimos no leste brasileiro que fazem alusão, por sua vez, aos enfrentamentos de povos indígenas com os conquistadores, a exemplo de Vitória da Conquista, BA, registro toponímico que remete a uma grande batalha que teria sido travada entre os portugueses e índios Kamakan-Mongoyó em 1782; ou Ponte Queimada, ponte que serve de divisa entre os municípios de Pingo d’Água e Marliéria e que remete a conflitos estabelecidos nos “sertões do Leste”, no passado, entre colonizadores e índios botocudos de Minas Gerais. Segundo pesquisadores como Soares (2010) são reportados, em 1807-1808, ataques de segmentos da nação Borun a São Miguel do Anta, Barra Longa e Furquim – localidades próximas às grandes cidades da então Capitania de Minas Gerais, como Vila Rica e Mariana.

No período contemporâneo, um aspecto particular a ser pontuado na experiência vivenciada por esses índios quanto a situações de conflito – e que vale a pena ser destacado –, é o seu desalento diante da degradação das águas do Rio Doce causada pelos

rejeitos decorrentes do rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana, ocorrido em novembro de 2015. O rio constitui elemento marcante – em termos materiais e imateriais –, na cosmovisão e territorialidade dos Krenak, como ficou evidenciado nas interlocuções que com eles tivemos, em pesquisas de campo que realizamos *in loco*; e não surpreende que eles tenham sentido grande comoção em vê-lo tão comprometido pela poluição hídrica. A turbidez das águas- vale o registro-, também comprometeu outra área protegida de Minas Gerais: o Parque Estadual do Rio Doce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que os paradigmas de interpretação da Geografia Cultural – campo do conhecimento hoje em nítido processo de revitalização e revalorização –, mostram-se bastante pertinentes e adequados para a decodificação dos processos discutidos na pesquisa, revelando-se úteis e operacionais para a sua análise e (re)interpretação, no recorte territorial investigado. Tais paradigmas mostraram-se apropriados, em particular, no que concerne à tentativa de elucidação e decodificação de dinâmicas e processos originais, em curso, como a emergência de identidades coletivas, o exercício de novas territorialidades e a formação de lideranças comunitárias com um discurso cada vez mais assertivo, articulado e sensível, realidades essas que transpareceram, sobretudo, em nossas incursões de campo etnográficas (que não foram, contudo, objeto específico de discussão neste trabalho).

Tais processos remetem, por certo, à gestação nesse contexto de paisagens culturais alternativas, tal como Cosgrove (2012) classicamente as caracteriza, do mesmo modo como também identificamos e colocamos em discussão em trabalhos anteriormente realizados entre comunidades tradicionais mineiras como os índios Krenak e Pataxó e quilombolas domiciliados nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha (DEUS, 2010, 2011, 2012, 2019a, 2019b; DEUS *et al.*, 2018a, 2018b; DIAS NETO, 2019; SILVA, 2013). Quanto ao inventário toponímico, que subsidiou a pesquisa, ressalte-se que a toponímia constitui “relevante marca cultural”, expressando “uma efetiva apropriação do Espaço” por determinado grupo cultural. Referendamos, nesse sentido, sinalizações de geógrafos culturais de que tal ferramenta metodológica constitui, portanto, “poderoso elemento identitário” (CORRÊA, 2003, p. 176), revelando-se como um instrumento bastante útil e operacional para a releitura e reinterpretção de aspectos histórico-culturais incidentes em determinado recorte geográfico.

No recorte territorial especificamente pesquisado, a discussão foi facilitada e dinamizada pela disponibilidade de dissertações e teses desenvolvidas e artigos publicados, recentemente, sobre povos indígenas domiciliados em Minas Gerais (Maxakali, Krenak, Xakriabá, Pataxó) e áreas contíguas (Pataxó, Mbya Guarani, Tupinambá de Olivença), a maioria delas tendo adotado precisamente esse enfoque geográfico-cultural ou mesmo contemplando abordagens vinculadas a áreas afins (História, Educação, Antropologia Social, Antropologia do Turismo).

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, M. M. Minas Gerais: os mundos Maxakali. *In*: RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos indígenas no Brasil: 2006-2010**. São Paulo: ISA, 2011. p. 668-669.
- ANGATU, C.; TUPINAMBÁ, A. Protagonismos indígenas: (re)existências indígenas e indianidades. *In*: CARNEIRO, M. L. T.; ROSSI, M. S. **Índios no Brasil: vida, cultura e**

- morte. São Paulo: InterMeios; IHF/LEER-USP, 2018. p. 23-40.
- BOMFIM, A. B. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. **Revista Linguística: Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. 13, n. 1, p. 303-327, jan. 2017. ISSN 2238-975X 1. Disponível em: [<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl>]. Acesso em: 15 jul. 2020.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: um século (III)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.
- CARVALHO, M. R. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 507-521, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.
- CORRÊA, R. L. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda a arte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-237.
- COSTA, J. R. **Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.
- DEUS, J. A. S. **Geografia cultural do Brasil/etnogeografia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- DEUS, J. A. S. Identidade, etnicidade e paisagens culturais alternativas no Vale do Rio Doce, Minas Gerais – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, San José, Costa Rica: EGAL, n. especial, p. 1-14, jul./dez. 2011.
- DEUS, J. A. S. Inventário toponímico e abordagem etnogeográfica do mundo agrário e alimentos tradicionais no Quadrilátero Ferrífero e vales do Jequitinhonha e Mucuri, MG. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 6-22, dez. 2015.
- DEUS, J. A. S. O legado de Cosgrove discutido em produções científicas recentes: uma contribuição ao debate sobre as ideias do autor. In: DINIZ, A. M. A. *et al.* **Metamorfoses possíveis compartilhadas: leituras em Geografia Cultural**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2019a. p. 28-37.
- DEUS, J. A. S. Linhas interpretativas e debates atuais no âmbito da Geografia Cultural, universal e brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 23, p. 45-59, 2005.
- DEUS, J. A. S. New territorialities and collective ethnic identities in the Brazilian Amazon frontier, Rondônia state: Surui Paiter, Arara and Gavião Indigenous Communities' land claims and alternative cultural landscapes. In: LEAL FILHO, W.; KING, V. T.; LIMA, I. B. **Indigenous Amazonia, regional development and territorial dynamics: contentious issues**. Berlin: Springer Nature, 2019b. p. 1-17.
- DEUS, J. A. S. Paisagens culturais alternativas e protagonismo etnopolítico de comunidades tradicionais no *hinterland* brasileiro. In: TUBALDINI, M. A. dos S.; GIANASI, L. M. **Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 35-50.
- DEUS, J. A. S. *et al.* Metodologias qualitativas aplicadas ao estudo da paisagem no Vale do Jequitinhonha, MG – Brasil. In: VARGAS, M. A. M.; SANTOS, D. L. **Tempos & espaços da pesquisa qualitativa**. Aracaju: Criação Editora, 2018a. p. 279-304.
- DEUS, J. A. S. *et al.* Os processos comunitários de reafirmação identitária e a constituição

- de paisagens culturais alternativas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, MG – Brasil. **GeoNordeste**, São Cristóvão, SE, v. 24, n. 1, p. 73-90, jan./jun. 2018b.
- DIAS NETO, J. **Aqui e lá: fronteiras, olhares e tensões entre a comunidade indígena Pataxó e a sociedade envolvente do município de Carmésia, MG.** 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- EHRENREICH, P. **Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.
- ESCHWEGE, W. L. von. **Jornal do Brasil: 1811/1817: relatos diversos do Brasil coletados durante expedições científicas.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.
- GARAU, A. O.; SEBÁSTIAN, J. B. La caracterización del paisaje de Menorca através de la toponímia. **Investigaciones Geográficas**, Alicante, Espanha, n. 60, p. 155-169, jul./dez. 2013.
- GOMES, A. M. R. Xakriabá: renovando as lutas e expandindo a ocupação. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos indígenas no Brasil: 2006-2010.** São Paulo: ISA, 2011. p. 665-667.
- GOMES, A. M. R.; MIRANDA, S. A. A formação de professores indígenas na UFMG e os dilemas das “culturas” entre os Xakriabá e os Pataxó. In: CUNHA, M. C.; CESARINO, P. de N. **Políticas culturais e povos indígenas.** São Paulo: Ed. UNESP, 2016. p. 455-483.
- GRÜNEWALD, R. de A. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. **Pasos**, Santa Cruz de Tenerife, Islas Canarias, Espanha, v. 143, n. 2, p. 411-424, fev. 2015a.
- GRÜNEWALD, R. de A. Turismo Pataxó: da renovação identitária à profissionalização das reservas. **Agália**, Santiago de Compostela, Galiza, n. especial: Turismo em Terras Indígenas, p. 43-58, out. 2015b.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói, RJ: Ed. UFF, 1997.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LIMA, P. L. de O.; CARIE, N. S. Narrativas Maxakali: possibilidades para o ensino de cultura e história indígena. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 41-62, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982013000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun.2020.
- PALADIM JUNIOR, H. A. **Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no norte de Minas Gerais.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PENA, J. L.; HELLER, L.; DIAS JÚNIOR, C. S. A população Xakriabá, Minas Gerais: aspectos demográficos, políticos, sociais e econômicos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 51-59, jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020.
- PEDREIRA, H. P. da S. Aldeia velha, “nova na Cultura”: reconstituição territorial e novos espaços de protagonismo entre os Pataxó. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Salvador, n. 2, p. 31-42, 2013.
- PEREIRA, V. M. **A circulação da Cultura na escola indígena Xakriabá.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- PREZIA, B. **História da resistência indígena: 500 anos de luta.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

- PREZIA, B. **Índigenas do Leste do Brasil**: destruição e resistência: subsídios didáticos para o ensino fundamental e médio. São Paulo: Paulinas, 2004.
- PREZIA, B.; MAESTRI, B. C.; GALANTE, L. **Povos indígenas**: terra, cultura e lutas. São Paulo: Outras Expressões, 2019.
- REIS, R. C.; GENOVEZ, P. F. Território sagrado: exílio, diáspora e reconquista Krenak. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 33, n. 1, p. 11-25, jan./abr. 2013.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos indígenas no Brasil**: 2006-2010. São Paulo: ISA, 2011.
- SANTILLI, M. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: SENAC, 2000.
- SANTOS, R. B. C. Sobre cultura e segredo entre os Xakriabá de São João das Missões, MG. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 23, p. 241-255, 2014.
- SILVA, A. C. S. *et al.* Interpretações toponímicas da paisagem do povoado de Fazenda Velha, Sete Lagoas, Minas Gerais. **GeoNordeste**, São Cristóvão, SE, v. 31, n. 1, p. 54-72, jan./jun. 2020.
- SILVA, C. A. da S. A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 54, p. 284-302, mai.-ago. 2020.
- SILVA, L. de M. R. **Paisagens culturais alternativas no Brasil contemporâneo e vivência espacial da comunidade indígena Krenak do Sudeste (Vale do Rio Doce, MG)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- SILVA, T. H. M. Guido Thomaz Marlière e os índios Botocudo nos sertões do Leste: 1818-1824. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, MG, v. 10, n. 2, p. 361-375, jul./dez. 2010.
- SOARES, G. C. **Na trilha guerreira dos Borun**. Belo Horizonte: Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix, 2010.
- SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. São Paulo: Edições Melhoramentos, 2005. v. 2
- TEAO, K. M. **Território e identidade dos Guarany Mbya do Espírito Santo**: 1967-2006. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2015.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina, PR: EdUEL, 2012.
- VIEGAS, S. de M. Territorialidade e tensões vividas pelos Tupinambá de Olivença. *In*: RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos indígenas no Brasil**: 2006-2010. São Paulo: ISA, 2011. p. 670-672.
- VIEIRA, M. G. A descoberta da cultura pelos Maxakali e seu projeto de pacificação dos brancos. *In*: CUNHA, M. C.; CESARINO, P. de N. **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2016. p. 241-256.
- WALLS, J. The International Year of the World's Indigenous People: "First Nations" speak out. **Choices**, New York, USA, v. 2, n. 2, p. 14-21, 1993.